O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 40 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7807311

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Daniara Rayane e Silva[1]

Isaque Santos Souza[2]

Eduardo Henrique Andrade Monção de Sousa[3]

Aliny Karla da Cunha[4]

Fausto de Melo Faria Filho[5]

Resumo

A Educação Sexual é um dos temas transversais propostos em documentos que regem a educação nacional brasileira. Entretanto, mesmo tendo respaldo legal, na prática, os professores, em geral, ainda possuem muita dificuldade em abordar o tema em sala de aula. O trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas de educação sexual no contexto escolar e suas relações com o ensino de ciências por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério de Educação e Cultura e Documento Curricular para Goiás (DG-GO). O estudo realizado foi de caráter qualitativo e caracterizado como uma análise documental com perfil de pesquisa bibliográfica. Verificou-se que os PCNs são de caráter transdisciplinar e que abrange os fatores sociais e biológicos da sexualidade. Porém, a BNCC apresenta a maior parte apenas das habilidades biológicas, as quais são trabalhadas somente na disciplina de ciências. Já no DC-GO possui um enfoque biológico, apesar de tratar sobre educação sexual no componente curricular de artes e educação física. Dessa forma, os documentos analisados constatam um retrocesso nas políticas públicas relacionadas à educação sexual.

Palavras Chave: Currículo; Educação Sexual; Escola.

Abstract

Sexual Education is one of the transversal themes proposed in documents that govern Brazilian national education. However, even having legal support, in practice, teachers, in general, still have a lot of difficulty in approaching the topic in the classroom. The objective of this work is to study how public policies on sex education in schools and relations with science teaching are used through their National Curriculum (PCNs), the National Common Curricular Base (BNCC) of the Ministry of Education and Culture and Curricular Document for Goiás (DG-GO). The study carried out was qualitative and characterized as a documental analysis with bibliographic research. It was found that the PCNs are of a transdisciplinary character that encompasses the social and biological factors of sexuality. However, the BNCC presents most of the biological skills only, which are worked only in the science discipline. In DC-GO, it has a biological focus, despite dealing with sex education in the arts and physical education curriculum component. Thus, the analysis documents found a setback in public policies aimed at sex education.

Keywords: Curriculum; School; Sex Education.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é fundamental no processo de construção da identidade e contribui de forma significativa no desenvolvimento humano que não se restringe apenas ao ato sexual ou a potencialidade de reprodução, mas são relacionadas com múltiplas experiências vinculares e afetivo-sexual ao longo da

[1] Mestranda em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: daniara.rayanes@gmail.com

[2] Graduando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal Goiano (IFGoiano). E-mail: isaquetoss2@gmail.com

[3] Mestrando em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: eduardo.sousa@ifgoiano.edu.br

[4] Mestra em Administração pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). E-mail: aliny.cunha@ifgoiano.edu.br

[5] Professor do Instituto Federal Goiano (IFGoiano). Doutor em Física. E-mail: fausto.filho@ifoiano.edu.br

vida humana. Portanto, a construção da sexualidade é marcada pelo momento histórico-sócio-cultural de cada sociedade, ou seja, os saberes de cada sujeito são obtidos através das vivências, inclusive nas escolas que são campos onde permeiam a sexualidade (GALUPO; RAMIREZ; PULICE-FARROW, 2021; ZERBINATI; BRUNS, 2017).

Entende-se que a escola é um espaço importante de informação e intervenção sobre as questões de gênero e sexualidade. Para atender tais objetivos as instituições escolares devem implantar propostas educacionais que efetivem a educação sexual (CHEN; HERNANDO; PANE-BIANCO, 2020). Porém, os assuntos que envolvem a educação sexual foram alvo de muitas críticas e ataques no decorrer da história, pois eram ditos como um problema moral, um tabu social estabelecido, "disso não se fala" (MIRANDA; CAMPOS, 2022; SILVA; COSTA; MÜLLER, 2018). Apesar de atualmente a educação sexual ser efetivada como parâmetro educacional, nas escolas ainda corre o risco de ser extinta, pois nos últimos anos movimentos populares e políticos conservadores tem atacado por considerarem como desnecessária e imoral, e até desacreditam de seu aspecto científico (ZERBINATI; BRUNS, 2017).

As políticas públicas em educação sexual no Brasil surgiram nos anos 90, as quais foram influenciadas por diversos movimentos mundiais que buscavam uma educação para todos. A partir desse momento aconteceu um marco histórico, pois pela primeira vez o tema educação sexual foi inserida oficialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como um tema transversal (SILVA; COSTA; MÜLLER, 2018).

Outro documento crucial para as políticas públicas em educação no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contendo caráter normativo, o qual é incluso diretrizes no tocante a Sexualidade e ao Gênero (RIBEIRO; MONTEIRO, 2020). Gênero é nada mais que um termo utilizado na sociedade para o sexo biológico e a sexualidade está ligada ao gênero, colocando qualquer outra identidade de gênero e suas sexualidades em uma escala diferentes das aceitas pela heteronormatividade, ocupando geralmente uma posição inferior. Com a BNCC veio o objetivo de reduzir as desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro, assinalando um conjunto de aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento do educando no desenrolar da educação básica (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

A educação sexual é um tema que engloba diversos aspectos sobre sexualidade e gênero. O estudo da temática incentiva-se na busca pelo conhecimento do próprio corpo e o respeito às diversidades sexuais. Apesar de obter respaldo para ser trabalhado em sala de aula o assunto é bombardeado por inquietações e dúvidas por adolescentes que estão passando por transformações físicas. Cabe ao professor, utilizar o amparo legal e discutir com seus alunos com intuito de levá-los à

procura pelas informações corretas. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo analisar as políticas educacionais brasileiras no tocante a educação sexual, afunilando para o currículo utilizado em Goiás.

Embora tenha respaldo nas políticas de âmbito nacional, os professores e equipe escolar em geral possuem dificuldade de abordar o tema por diversas questões, como não conhecer bem o assunto, preconceitos, questões religiosas e até mesmo familiares. (MENDEL; MIRANDA, 2023) O presente trabalho analisa documentos de diferentes esferas como citados acima. Ainda que exista documentos e relatórios sobre a temática, é preciso fomento para formação de professores políticas públicas e campanhas educacionais para poder contemplar toda a complexidade do assunto. Dentro desse prisma a escola se coloca como um ambiente chave para esse processo, sobretudo, as ciências da natureza, pois as mesmas contemplam conteúdos específicos sobre o tema. É necessário políticas públicas de incentivo sobre o tema que estejam adequadas. São pontos pertinentes que trazem a importância de abranger estudos dentro desta área.

O estudo realizado é de caráter qualitativo e caracterizado como uma análise documental com perfil de pesquisa bibliográfica. Este método na concepção segundo Severino, 2007, consiste na leitura de documentos fundamentados em referenciais teóricos através de diversos procedimentos que objetivam estudar documentos no intento de compreender diferentes circunstâncias.

O foco da presente pesquisa é analisar dentro dos documentos citados somente os termos que tratam de educação sexual e suas vertentes dentro da disciplina de ciências. A principal série analisada foi o 8º ano em que a temática é trazida na disciplina de ciências.

A análise documental foi efetivada por meio de consultas em bancos de dados do MEC, em portais oficiais do Governo Federal e Estadual (Quadro 1). Nesses documentos analisaram-se os direcionamentos apontados para a inclusão da educação sexual no contexto escolar da disciplina de ciências naturais.

Quadro 1 – Documentos oficiais

Documentos	Ano
Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais	1997
Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais Orientação Sexual (PCNs)	1998
Base Nacional Comum Curricular - BNCC	2017
Documento Curricular Para Goiás (DC-GO).	2018

Fonte: Elaboração própria.

A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PCNS

Desde a metade da década de 90, os temas relativos à orientação sexual passaram a integrar as questões discutidas pelo Ministério da Educação. Tais preocupações, surgiram devido aos avanços da epidemia da Aids e o aumento de adolescentes grávidas (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

A partir do ano de 1996, a educação sexual foi inserida como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Dentro do PCN, é afirmado que a orientação sexual poderá ser explanada em diferentes campos disciplinares. Dessa forma, o documento visa promover discussões e reflexões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, pais e responsáveis objetivando a sistematização da ação pedagógica da escola ao tratar as questões relacionadas à sexualidade (BRASIL, 1998).

A construção dos PCNs se baseia em conhecimentos teóricos de ensino e aprendizagem em Ciências Naturais e elementos instrumentais práticos. A primeira parte do documento é voltada para todo ensino fundamental, apresentando diversos tópicos, como um breve histórico das tendências pedagógicas na área, os quais justificam o porquê da orientação sexual estar inclusa nos temas transversais. Também apresenta a repartição dos conteúdos em quatro eixos, sendo o eixo Ser Humano e Saúde o responsável para tratar as questões sobre sexualidade e o corpo. Já a segunda parte é voltada à apresentação e à discussão do ensino e aprendizagem de Ciências Naturais, conteúdos e critérios de avaliação para o terceiro e o quarto ciclo, como também a problematização de conteúdos, os quais trabalham com a sexualidade (BRASIL, 1998).

Assim, o documento evidencia a importância de desenvolver o assunto relacionado à orientação sexual no ambiente escolar, buscando contribuir para prevenir o adolescente a respeito do abuso sexual, gravidez indesejada, discutir acerca de temas polêmicos, como masturbação, iniciação sexual, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição, pornografia e o namorar (BRASIL, 1998).

Ao analisar o terceiro e o quarto ciclo da área de ciências naturais é observado algumas capacidades que visam incentivar o aluno a cuidar do próprio corpo, desenvolver a sexualidade, compreender as diferentes formas de reprodução humana e os métodos anticoncepcionais, valorizar o sexo seguro e a gravidez planejada, que deve ser pensado dentro de um planejamento familiar para evitar problemas sociais, como por exemplo, a evasão escolar. Dessa forma, seguem os objetivos gerais em que apontam a necessidade de explorar orientação sexual no espaço escolar, os quais trabalham os aspectos biológicos, sociais e psicológicos da sexualidade. Além disso, o aluno através dos conhecimentos vivenciados deverá entender o prazer como algo relativo à condição sexual humana, ser capazes de respeitar a diversidade (repensar, identificar tabus e preconceitos), entender as construções culturais atribuídas ao feminino e ao masculino (BRASIL, 1998).

Cabe aos professores trabalharem a sexualidade levando em consideração as emoções e noções que os alunos compreendem a respeito da sexualidade, que são formadas a partir das vivências em sociedade, família e em instituições religiosas (MOURA *et al*, 2011). Conforme Marques, Bozzini e Milaré (2019), afirma que ao trabalhar sexualidade devem-se proporcionar debates e discussões, em que os alunos possam interagir com os colegas para possibilitar a formação de opinião própria sobre sexualidade, sobre sexo antes do casamento, aborto, masturbação e homossexualidade. Dessa forma, Moura *et al* (2011) diz que os debates e as reflexões realizados devem proporcionar a construção de sujeitos autônomos capazes de exercer sua própria sexualidade.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

> A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1998, p. 311).

Conforme Queiroz e Almeida (2017), a adolescência é o período que o ser humano passa por algumas transformações, por isso os jovens precisam de informações claras, apoio e compreensão. Para isso, a orientação sexual é indispensável, pois o adolescente precisa ter segurança para entender que sua vida sexual está se iniciando e que devem ser acolhido pelos pais, professores ou profissionais da saúde, para adquirirem informações corretas sobre o assunto.

Ao trabalhar os assuntos relacionados à orientação sexual o documento apresenta um aprofundamento do conhecimento no decorrer de cada ciclo. O principal objetivo é respeitar o crescimento e o amadurecimento do aluno ao longo do ensino fundamental de acordo com a faixa etária, cultura e fatos contemporâneos. No terceiro ciclo é sugerido que os professores instiguem os alunos a valorizar seu próprio corpo no aspecto que desenvolva a sexualidade. A respeito disso, enfatiza-se o estudo relacionado ao desenvolvimento sexual durante a puberdade, como também a possibilidade de gravidez decorrente do ato sexual que está ligada à ejaculação e o ciclo menstrual, assim como a utilização e o funcionamento de preservativos. Os aspectos anatômicos e fisiológicos são abertos para pesquisas orientadas em atlas anatômicos. Além do mais, os fatores relativos às pessoas e a formação de identidade de gênero são inclusas no estudo de Orientação Sexual. Quanto a Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis deve-se informar o adolescente de forma esclarecedora sobre os métodos de contágio, prevenção e o tratamento da doença (BRASIL, 1998).

Agora no quarto ciclo são retomadas algumas abordagens que foram discutidas no ciclo anterior, como reprodução e sexualidade, os quais incluem os fatores hereditários, conhecimento das células

sexuais, processo de fecundação, a gestação e os partos natural e cesáreo. Com a explanação do processo de gravidez, o documento visa novamente tratar às questões sobre a gravidez precoce e indesejada que está relacionada a não utilização ou a utilização inadequada de métodos anticoncepcionais. Dessa forma, comparando os diversos métodos e a sua utilização correta, ao seu modo de ação, eficiência e efeitos colaterais, com o intuito de fazer o adolescente sentir seguro ao exercer sua sexualidade (BRASIL, 1998).

Ao abordar sobre as doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, o documento instiga o professor a informar os alunos sobre a prevenção os principais sintomas, contágio e a disseminação. Por fim, as informações relativas à sexualidade devem ser explanadas de forma clara e objetiva, combatendo preconceitos e valorizando o respeito do próprio corpo, como também o respeito ao corpo e aos sentimentos dos parceiros (BRASIL, 1998).

Cada ciclo permite à discussão dos assuntos ligados a sexualidade no âmbito biológico ou social. Dessa forma, o enfoque biológico foi abordado nas questões relativas à sexualidade, visto que as questões de gênero foram tratadas de forma sucinta e vaga nos conteúdos proposto pelos PCNs.

Para Alves, Duarte e Sá-silva (2019) o ensino de Ciências é caracterizado por um aspecto muito técnico e naturalista, pois não há uma ligação com as relações socioculturais. Dessa forma, ocasiona o distanciamento do estudante pelo fato do tema abordado não fazer ligação com sua realidade. Isto ocorre ao trabalhar o tema sexualidade no ensino de ciências devido à quase tudo se resumirem a uma visão de saúde e prevenção de doenças. Portando, afirmam que

> A discussão restrita á dimensão biológica de temas relacionados ao gênero e à sexualidade no ensino de Ciências pode gerar a reprodução de discursos mistificados, falta de liberdade para se dialogar dentro de casa e até o sentimento de insegurança em estudantes que podem estar passando por momentos complexos em suas vidas. Quando se apresenta em sala de aula o tema corpo humano, mostrando que o homem geralmente tem uma estatura física diferenciada da mulher, esquece-se de dizer que esse aspecto particular não irá interferir na capacidade intelectual dos dois (ALVES; DUARTE; SÁ-SILVA, 2019, p. 225).

Além dos aspectos relativos ao respeito ao próprio corpo e ao dos outros, os PCNs também apontam a contribuição da orientação Sexual para a formação da integridade pessoal e da autoestima (BRASIL, 1997). Com isso, os PCNs visam a

> [...] comparação dos principais órgãos e funções do aparelho reprodutor masculino e feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais; estabelecimento de relações entre aspectos biológicos, afetivos e culturais na compreensão da sexualidade e suas manifestações nas diferentes fases da vida [...] (BRASIL, 1997, p. 66).

É enfatizado nos PCNs Ciências Naturais que

> As questões sobre sexualidade, que muito provavelmente surgirão, merecem ser trabalhadas. Assuntos como a construção da identidade sexual, o prazer, a masturbação e demais aspectos são abordados levando-se em conta os componentes biológicos e culturais. É importante que o professor esteja atento e explicite os aspectos culturais envolvidos, buscando evitar preconceitos e responder dúvidas, valorizando os vínculos entre afeto, responsabilidade, sexualidade e autoestima. É também da maior importância que o grau de maturidade psíquica e biológica da classe seja parâmetro no aprofundamento das respostas ou investigações acerca desses assuntos (BRASIL, 1997, p. 66).

Porém, os modelos de educação sexual podem diversificar conforme a compreensão daqueles que praticam e promovem as práticas pedagógicas, isto é, as escolas tratam as questões relativas à sexualidade de forma distinta do que é orientado pelos PCNs (VIEIRA; MATSUKURA, 2017). Com isso, é ressaltado que

> a apreensão das concepções e valores dos professores, bem como demais aspectos relativos à educação sexual, pode favorecer a identificação de potencialidades e fragilidades nas práticas desenvolvidas. Desse modo, considera-se que o descortinamento de tais questões pode favorecer a identificação de limites e necessidades que apontem caminhos para que o que está previsto nas políticas públicas seja efetivado na realidade das práticas (VIEIRA; MATSUKURA, 2017, p. 458).

O documento (PCN) ao trabalhar sua transversalidade permite que a sexualidade seja seguida em todas as disciplinas. Também revelam questões que são ditas como tabus nas escolas e perante a sociedade para que o aluno possa refletir e respeitar as diversidades. Ambos os documentos estão em concordância ao aborda o conteúdo em ciências.

Por fim, os PCNs são documentos fundamentais para a reflexão dos currículo escolares, os quais sejam uma proposta aberta e flexível (ALTIMANN, 2001). Conforme Sfair, Bittar e Lopes (2015) ao abordar sexualidade e o sexo dentro da sala de aula o professor deverá realizar de forma natural, sem um protocolo rígido para aproximar à realidade dos alunos e estimulá-los a pensar sobre seu comportamento, a fazer planos, a respeitar seu corpo, o do outro e a diversidade sexual.

COMO A EDUCAÇÃO SEXUAL É ABORDADA NA BNCC

A versão final da BNCC que diz respeito ao ensino fundamental foi aprovada e promulgada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017, o qual é inserido os temas relacionados à sexualidade humana nas disciplinas de ciências. Portanto, o documento inclui os temas referentes à reprodução e a sexualidade apenas nos anos finais. Também visa, que ao concluírem o ensino fundamental os estudantes “valorizem as experiências pessoais e coletivas, e representem o autocuidado com seu corpo

e o respeito com o do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva" (BRASIL, 2017, p. 342).

Os conteúdos de cada série na BNCC são repartidos em unidades temáticas que destinam aos objetos do conhecimento, os quais a sexualidade está inclusa apenas no oitavo ano na unidade temática vida e evolução. Os objetos do conhecimento dessa temática preveem o estudo dos mecanismos reprodutivos e da sexualidade (BRASIL, 2017). Das habilidades atribuídas aos objetos de estudos, quatro destinam-se ao aspecto biológico e apenas uma objetiva discutir as várias dimensões da sexualidade (Quadro 2).

Quadro 2 – Habilidades que tratam de educação sexual no DC-GO da unidade temática vida e evolução

Abordagem	Habilidades
Biológica	(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
Múltipla	(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Fonte: BRASIL (2017).

Percebe-se que na versão final da BNCC são retirados os termos gênero e orientação sexual (Quadro 3). Porém, o MEC afirma que a remoção dos termos de alguns trechos foi para evitar as repetições das palavras. Mas a preocupação é que a ausência dessas expressões leve os educadores e professores a terem uma visão reduzida do assunto (SEMIS, 2020).

Quadro 3 - Habilidade do DC-GO que tratam gênero

Múltipla	(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de orientação sexual.

Fonte: SEMIS (2020).

Conforme Ribeiro e Monteiro (2018), a elaboração e a aprovação da BNCC ficaram a mercê de influências religiosas, fundamentalistas, conservadoras e moralizantes. Dessa forma, ocasionou a eliminação de todo texto final do conteúdo relacionado a gênero, e reduziram as questões biológicas a assuntos relacionados à sexualidade. Como afirma Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), a sexualidade deixa seu caráter educativo e restringe a concepções biológicas. Isto é um grande retrocesso na educação sexual que vem lutando contra a discriminação e o preconceito ao longo dos séculos XX e XXI, o qual é possível observar que

> a partir principalmente de 2015, um discurso anti-sexual e contrário às liberdades conquistadas assola o Brasil de norte a sul. Uma onda de conservadorismo estimulada por um fundamentalismo cristão exacerbado inicia uma cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos. Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo [...] Conseguem eleger, em 2018, um presidente de extrema-direita afinado com o fundamentalismo cristão e, desde janeiro de 2019, as ações políticas do governo passam pelo crivo de uma nova moral que pauta as decisões a partir de princípios religiosos e avaliação subjetiva (RIBEIRO; MONTEIRO, 2018, p. 1257).

A secretária do MEC quando questionada a respeito da retirada dos termos identidade de gênero e orientação sexual apresentou justificativas vagas e confusas dizendo que respeita a valorização das diversidades e que a pasta apresentava redundância, por isso a retirada dos termos. Dessa forma, um dos principais documentos da educação do Brasil busca silenciar questões sociais ligadas aos termos omissos na escola (BANDEIRA; VELOZO, 2019). Por fim, Hernandes (2016) diz que a exclusão dos temas relacionados à sexualidade pode favorecer aos padrões heteronormativos presentes na sociedade.

A EDUCAÇÃO SEXUAL CONFORME O DOCUMENTO CURRICULAR PARA GOIÁS (DG-GO)

O Documento Curricular para Goiás é o resultado da ação cultural em conformidade com a versão final da BNCC. Assim, a temática sobre sexualidade está presente no documento, como também os cuidados com o corpo. Tais temas são discutidos e permeados em distintos componentes curriculares, especialmente nas Ciências da Natureza. Apesar de ser explanada na Educação Infantil e Ensino Fundamental de maneira progressiva, a responsabilidade é do professor em mediar essa temática (GOIÁS, 2018).

Além da abordagem biológica, o documento permite diversas discussões a respeito da sexualidade. Em que é mencionado à importância da "função preventiva, a educação sexual não devia cumprir um papel meramente informativo, mas sim com foco no desenvolvimento do indivíduo no respeito por si próprio, e, consequentemente pelo outro" (GOIÁS, 2018, p. 165).

Na disciplina de Ciências Naturais os assuntos pertinentes à sexualidade são desenvolvidos no oitavo ano do ensino fundamental, conforme é indicado nas habilidades da BNCC. Já o tema relativo à diversidade de gênero é visto em todos os anos do ensino fundamental dos anos iniciais aos finais no componente curricular de Artes, os quais são trabalhados dentro da temática Arte/Teatro, destinadas ao objeto do conhecimento Matrizes e Estética Culturais, as habilidades previstas visam

> Reconhecer a diversidade de gênero, racial, étnica, política, social e cultural, refletindo e dialogando sobre si mesmo e sobre o outro, a partir das experiências teatrais. Fazer sínteses e registros verbais e/ou não verbais por meio de oralidade, escrita, desenho, expressão corporal, audiovisual, valorizando as diferentes identidades e desenvolvendo o pensamento crítico (GOIÁS, 2018, p. 152).

Também objetivam romper com universo europeu e masculino que dominara historicamente os currículos da Educação Básica brasileira. Desse modo o DG-GO (2018, p. 140)

> incentiva que professores e estudantes interajam com as práticas artísticas/culturais relacionadas ao universo feminino, homossexual, afro-brasileiro, indígena, da cultura infanto-juvenil e dos sujeitos com necessidades especiais do território goiano, por exemplo, com o objetivo de ampliar as aprendizagens para além do universo masculino e europeu.

As questões de gênero e sexualidade são abordadas na disciplina de educação física (6º e 7º ano), na unidade temática dança, no objeto de conhecimento danças urbanas, os quais visam analisar e depois reproduzir tais temas através das danças urbanas e manifestações culturais. Na disciplina de ciências naturais são trazidas no 6º e 8º ano na unidade temática vida e evolução (GOIÁS, 2018).

De acordo com Sfair, Bittar e Lopes (2015), o profissional precisa ser sensibilizado a respeito de assuntos relacionados à diversidade de gêneros e a sexualidade, e ao serem explanados evitem julgamentos, valores e preceitos morais privados. Para as devidas transformações a escola deverá apropriar-se da educação sexual e promover conhecimento e reflexão autônomos, possibilitando aos adolescentes e jovens desenvolver seus próprios posicionamentos e ações.

Apesar de o tema sexualidade ser efetivado disciplinarmente no DC-GO, o professor pode fazer uso de diversas estratégias para abordar o assunto dentro de sala. Conforme Carneiro *et al*. (2015, p. 108), o professor poderá utilizar "estratégias educativas que se valham de metodologias participativas, como as oficinas, para incentivar a participação e a conscientização dos adolescentes sobre a importância da prevenção de DST e da gravidez na adolescência".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos analisados apresentam a Orientação Sexual como um tema transversal. Sendo inclusas principalmente na disciplina de Ciências da Natureza. Apesar disso, alguns temas como a

diversidade de gênero não são amplamente discutidos dentro da PCNs, e é retirado dos documentos da BNCC juntamente com o termo orientação sexual. Dessa forma, o assunto sexualidade abordado na BNCC fica restrita apenas ao ensino de ciências com um enfoque nas áreas biológicas, sendo que o PCNs um documento que antecede a este, trazia em suas páginas questões que iam do biológico ao social. A partir disso, percebe-se que dentre duas décadas as políticas públicas direcionadas a educação sexual sofreram um grande retrocesso.

Conforme Monteiro e Ribeiro (2020) é afirmado que a educação sexual tende a sofrer avanços e retrocessos devido as normas morais, familiares e religiosas, como também os fatores culturais que permeiam sua efetivação.

Com base nessa afirmação, é possível apontar que a BNCC é falha no que se diz respeito à educação sexual, com a ascensão de grupos políticos conservadores ao vários cargos eletivos no Brasil o debate ficou ainda mais restrito, efetivando um verdadeiro retrocesso na luta pela igualdade, reconhecimento e combate a discriminação. O que vem a ser danoso para a formação do educando, pois necessitam compreender as características histórias e sociais da sexualidade, e juntamente, como a ser capaz de valorizar e respeitar as diversidades. Além disso, permite o adolescente a esclarecer suas dúvidas relacionadas à sexualidade, e assim, auxiliá-los a se entender.

Já o DC-GO é criado a partir da versão final da BNCC apresentando também a mesma falha. Apesar disso, o documento inclui temas relativos a gênero e a sexualidade na disciplina de artes e educação física, demonstrando certa autonomia do que fora proposto na BNCC.

Por fim, é essencial criar políticas públicas que fomentam a inclusão da educação sexual nas escolas. De forma que abrangem as demais disciplinas, isto é, educação sexual tem que ser integradora para formar sujeitos críticos, autônomos e responsáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. J. D. A. R.; DUARTE, M. F. S.; SÁ-SILVA, J. R. “Os Temas ‘Corpo Humano’, ‘Gênero’ e ‘Sexualidade’ em Livros Didáticos de Ciências do Ensino Fundamental”. **Investigações em Ensino de Ciências**, vol. 24, n. 1, 2019.

BANDEIRA, A. VELOZO, E. L. “Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências”. **Ciência e Educação**, vol. 25, n. 4, 2019.

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. “Educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações”. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, vol. 11, n. 10, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 23/03/2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: ciências naturais. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 23/03/2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural: orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 23/03/2023.

CARNEIRO, R. F. *et al*. "Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar". **Revista de Políticas Públicas Escola de Saúde Pública**, vol. 14, n. 1, 2015.

CHEN, C. Y.; HERNANDO, M. M.; PANE-BIANCO, A. "Sexual Minority School Psychologists' Perceptions of School Climate and Professional Commitment". **Sexuality Research and Social Policy**, vol. 17, n. 1, 2020.

GALUPO, M. P.; RAMIREZ, J. L.; PULICE-FARROW, L. "The intersection of sexual orientation, gender identity, and race/ethnicity: Implications for sexual minority women's mental health". **Sexuality Research and Social Policy**, vol. 18, n. 1, 2021.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás**. Goiânia: Secretaria de Estado de Educação, 2018. Disponível em: <www.seed.go.gov.br>. Acesso em: 23/03/2023.

MARQUES, J. K; BOZZINI, I. C; MILARÉ, T. "Aspectos históricos da educação em sexualidade e reflexões em prol da circulação de ideias". **Ensaios Pedagógicos**, vol. 3, n. 1, 2019.

MENDEL, A. P. C.; MIRANDA, J. C. "Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. C. "Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 34, 2022.

MONTEIRO, S. A. S; RIBEIRO, P. R. M. "Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites". **Pesquisa e Ensino**, vol. 1, 2020.

MOURA, A. F. M. M. *et al*. "Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar". **Psicologia Argumento**, vol. 29, n. 67, 2011.

QUEIROZ, V. R.; ALMEIDA J. M. "Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba". **Faculdade de Ciências Médicas**, vol. 19, n. 04, 2017.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. S. "Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018". **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, vol. 14, n. 2, 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. "Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais". **Saúde e Sociedade**, vol. 24, n. 2, 2015.

SILVA, D. R. Q.; COSTA, Z. L. S.; MÜLLER, M. B. C. "Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação". **Revista Educação**, vol. 41, n. 1, 2018.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. “Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública”. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, n. 69, 2017.

ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. T. “Sexualidade e Educação**:** revisão sistemática da literatura científica nacional”. **Revista Travessias**, vol. 11, n. 1, 2017.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 40| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima